

Brasília, 10 de março de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Terça-feira, 10 de março de 2026 | ABPI

Mulheres na propriedade intelectual 3

MSN Notícias

Segunda-feira, 09 de março de 2026 | Direitos Autorais

Mulheres recebem apenas 10% dos direitos autorais na música, aponta estudo 7

Economia & Negócios - Estadão

Terça-feira, 10 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

'Sistema internacional de comércio enfrenta as maiores disrupções em 80 anos', diz... 9

Monitor Mercantil Digital online

Terça-feira, 10 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

INPI divulga publicação sobre energia para satélites e propulsão espacial 12

Mulheres na propriedade intelectual



Avanços que reconhecemos e ideias para a evolução dessa agenda

Março chega com uma pauta própria: o Dia Internacional da Mulher. Em função da importância da data, ganham espaço debates, reflexões, evidências e indicadores de avanços e retrocessos na luta pela igualdade de gênero em nossa sociedade.

Atingir a igualdade de gênero é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. A ideia envolve, entre outros aspectos, avançar na eliminação de discriminação e violência por conta de gênero. A lista inclui a valorização de trabalhos desempenhados por mulheres que (ainda) não são remunerados, permitir e incentivar participação política e econômica, além de garantir acesso à saúde reprodutiva e sexual[1].

E, em especial no que se refere à temática da PI, a ONU prevê que igualdade de gênero inclui "*realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade...*".

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Em anos recentes, como em outras áreas, tem havido investigação e debates mais amplos sobre a relação das mulheres com o sistema de **propriedade intelectual**. Busca-se quantificar as mulheres que participam da produção científica, artística e

cultural e, consequentemente, são reconhecidas como titulares de direitos de PI. Com isso, tenta-se compreender as diferenças de gênero na utilização da PI, se há diversidade neste ecossistema e como endereçar melhor a questão.

A Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (WIPO, na sigla em inglês) é uma das entidades que têm elaborado levantamentos globais, com constatações importantes sobre o sistema. Um exemplo é o relatório "The Global Gender Gap in Innovation and Creativity", que abordou dados de patentes depositadas via tratado internacional PCT dentre 1999 e 2020. O estudo concluiu haver 23% de participação de mulheres em depósitos de patentes (contra 96% de participação de homens).

O relatório mostrou também que apenas 13% dos inventores listados no relatório eram, à época, mulheres - em sua maioria, estavam vinculadas à academia e não ao setor privado (21% contra 14%)[2]. Para além de relatórios, em 2023 foi criado um plano de ação estratégico para desenvolvimento de ecossistemas que promovam e encorajem mulheres a se engajar com a **propriedade intelectual**[3].

Incentivados pela WIPO, escritórios de **propriedade intelectual** mundo afora também têm se dedicado à divulgação de números, programas e planos que visam endereçar a desigualdade de gênero na PI. No Brasil, o **INPI** traçou sua Agenda Estratégica de Gênero, Diversidade e Inclusão. A autarquia estabeleceu comitê voltado para essa temática, que tem atuado em programas de capacitação e mentoria. Desde 2024, o Instituto apresenta dados com recorte de gênero em seu Anuário Estatístico.

Infelizmente, contudo, não podemos dizer que a participação de mulheres na **propriedade intelectual** brasileira é mais igualitária[4]. Em 2024, confrontamos o indicador de termos apenas 17% de mulheres nomeadas em pedidos de patente junto ao **INPI**. Tampouco podemos dizer que mulheres estão em cargos de liderança quando o tema é a tomada de decisões que repercutem no sistema de **propriedade intelectual**[5]. Não fugimos à regra.

Porém, é alentador verificar que há certo compromisso político-institucional com essa causa na Estratégia Nacional de **Propriedade Intelectual**, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O programa

Elas Exportam segue para a sua 6ª edição com proposta de prestar mentoria a empreendedoras que visam exportar seus produtos (incluindo questões de **propriedade intelectual**)[6].

Também se percebe crescente dedicação à observação da participação feminina em núcleos de inovação em diferentes publicações e artigos científicos[7]. Destaca-se, ainda, uma salutar exceção à regra: a Universidade Federal de Campina Grande apresentou maior participação de mulheres em pedidos de patentes depositados nos anos de 2021 a 2023[8].

Outras iniciativas louváveis surgem nesse contexto, que permitem ampliar a visibilidade e incentivo à participação das mulheres na discussão da PI brasileira. Quanto à produção acadêmica, vale notar o lançamento de obras escritas exclusivamente por mulheres[9] e a participação de 45% de autoras nos artigos publicados pela Revista da **ABPI (Associação Brasileira da Propriedade Intelectual)**[10].

Propostas de pauta no estudo da **propriedade intelectual**

A partir dos dados, está claro que estamos vivenciando tempos de transição. Essa pode ser uma frase otimista. Mas há de se reconhecer que, mesmo em velocidade aquém da desejada, há avanços na participação feminina em espaços de invenção, inovação e criatividade, com o reconhecimento jurídico-institucional que direitos de **propriedade intelectual** concedem.

Também existem avanços na percepção de que a desproporcional e prejudicial posição entre gêneros não é benéfica em amplo espectro. Comunidades e lideranças estão, justamente por isso, cada vez mais engajadas na promoção de mudanças.

E aqui trago ideias e inspirações advindas do que tenho acompanhado de discussões que estão amadurecendo em outros países (e ainda não foram totalmente abordadas no Brasil). À medida que a **propriedade intelectual** vem dialogando com reconhecimento e premiação de novas invenções e criações, estudos e abordagens de gênero passaram a questionar a quem cabe tal reconhecimento. Dife-

rentes questões estão sendo colocadas à prova:

As mulheres estão inseridas na proteção da **propriedade intelectual**?

A quem é dado o direito e a oportunidade de criar sob as atuais regras de **propriedade intelectual**?

Em que medida a forma como estão estruturadas as regras de **propriedade intelectual** permite valorizar, reconhecer e incentivar os diferentes conhecimentos e saberes tradicionalmente atribuídos às mulheres?

De que maneira o conhecimento e inventividade femininas se beneficiam do sistema tal qual desenhado hoje?

Pode-se dizer que elas colhem os mesmos frutos ao serem consideradas inventoras, autoras, designers?

Existem aspectos de gênero relevantes na forma como hoje existe o direito sobre patentes?

Mulheres são excluídas, mesmo que indiretamente, do conhecimento protegido por patentes?

Mulheres são afetadas pela definição de quem é autor ou de que tipo de obra é considerada digna de proteção?

Em quais medidas elementos morais e conservadores protegem ou impedem a proteção de marcas e negócios criados por mulheres?

Em outros países, essas perguntas estão permeando estudos, reflexões e leituras críticas sobre como a **propriedade intelectual** pode ser percebida diferentemente da forma tal qual o "padrão" - que reflete hoje uma compreensão forjada pela leitura heteronormativa, masculina e ocidental do sistema.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Vale lembrar: não há "padrão" neutro. Se **propriedade intelectual** é ramo do Direito, ela é necessariamente construção cultural moldada pela história e pelas disputas de poder a ela intrínsecas. Ou nas palavras de Simone de Beauvoir: "A representação do mundo, como o mundo em si mesmo, é construção dos homens; eles o descrevem sob seu ponto de vista e acabam o confundindo com a verdade absoluta das coisas"[11].

Assim, reconhecemos que o desenho do direito da **propriedade intelectual** (brasileiro) responde, em maior ou menor medida, à forma como se constro-

em juridicamente todas as demais normas vigentes, incluindo suas vicissitudes estruturais e estruturantes. Cabe, portanto, instigar a reflexão e o estudo para melhor compreender sob quais bases e em que extensão este fato se reflete na **propriedade intelectual** brasileira.

O que foi assunto em PI e arredores? | fevereiro.26

China. Impossível não haver desdobramentos na discussão sobre direitos autorais, direitos de personalidade e IA a cada semana. Em fevereiro, houve o lançamento para usuários na China da Seeddance 2.0, novo sistema de IA da ByteDance que permite geração de vídeos. Uma cena de 15 segundos de uma luta imaginária entre os atores Tom Cruise e Brad Pitt viralizou e foi o mote para manter debates em alta durante o mês, com notificações de empresas de Hollywood e a Motion Pictures Association[12] por infração de direitos autorais. A resposta da empresa, dona do TikTok, foi no sentido de que vai buscar formas para que a sua IA respeite a **propriedade intelectual** e direitos de imagem de terceiros[13].

Brasil. No mesmo tema, foi divulgada notificação enviada por diferentes entidades brasileiras voltadas de proteção de direitos autorais às empresas que operam sistemas de IA no país, como OpenAI, Google, Microsoft, Meta, Apple e Amazon. A carta subscrita por Ecad, Abramus, Amar/Sombrás, Assim, Sbacem, Sicam, Socinpro, UBC, Abert, ANJ, Aner e Ubem reforçou a necessidade de respeito à Lei Federal 9.610/98, nas operações conduzidas no Brasil e trouxe a necessidade de buscar diálogo para definição de diretrizes para utilização de obras no treinamento dessas ferramentas[14].

Brasil. A proteção patentária do medicamento Mounjaro foi alvo de dois projetos de lei que advogam pela sua licença compulsória. Apresentados em fevereiro tanto na Câmara (PL 68/26) quanto no Senado (PLS 160/26), os projetos advogam pela redução dos custos do medicamento sob a justificativa de interesse público. Em 9 de fevereiro, 337 deputados se mostraram favoráveis à tramitação de urgência do PL 68, o que significa que a apreciação deve ser diretamente no plenário da Câmara. Tal movimentação levou o governo a fazer declarações contrárias à sua aprovação, incluindo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento e Indústria, Geraldo Alckmin[15].

Brasil. Também na área de patentes, há intenso debate sobre proteção da polilaminina, resultado de extensa pesquisa liderada pela professora Tatiana Sampaio (UFRJ). A identificação desta substância como potencial tratamento para lesões da medula alcançou grande repercussão na mídia nacional. No que se refere às patentes, houve declarações quanto à possível perda de proteção em outras jurisdições por falta de pagamento e negativa do laboratório que trabalha em conjunto com a UFRJ no desenvolvimento do medicamento. Ao que tudo indica, a proteção no Brasil está garantida por patente emitida pelo **INPI** após 16 anos de análise. Em outros seis países e na União Europeia, a patente depositada em 2023 está sob análise. Sob o viés regulatório, estudos clínicos Fase 1 foram recentemente autorizados pela Anvisa, cujo objetivo é atestar a segurança do medicamento.

[1] Lista dos diferentes itens inseridos neste objetivo disponível em <https://gtagenda2030.org.br/ods/ods5/#:~:text=O%20objetivo%205%20da%20Agenda%202030%20para,mulheres%20e%20meninas%20em%20todos%20os%20n%C3%ADveis>

[2] Relatório completo está disponível em <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo-pub-ds-gender-2023-en-the-gender-gap-in-global-patenting-an-international-comparison-over-two-decades.pdf>

[3] Mais detalhes do Plano de Ação e seus desdobramentos em página da WIPO disponível em <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=4670>

[4] Matéria da Revista Fapesp, publicada em 2023, que aborda números do **INPI** está disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/entre-mulheres/#:~:text=Elas%20tamb%C3%A9m%20se%20concentram%20em,e%20pessoas%20negras%E2%80%9D%2C%20afirma.>

[5] Indicadores levantados em artigo publicado no Jota em 2023 por Tatiana Machado Alves e Vivian Luiz Coco permanecem os mesmos. Texto disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/mulheres-na-regulacao/a-desigualdade-de-genero-no-sistema-brasileiro-de-propriedade-intelectual>.

[6] Maiores informações, cases de sucesso e entidades envolvidas disponíveis no site <https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/noticias/mdic-e-apexbrasil-lancam-6--edicao-do-programa-elas-exportam--co.html>

[7] Exemplo é o artigo "Relações de gênero e inovação: atuação das mulheres nos NITs paulistas", de 2018, disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/R8rCpYQbYqPHSNgCfDKCzWC/?format=html&lang=pt>.

[8] Vale a leitura do artigo "A invenção das Mulheres: **propriedade intelectual**, brecha de gênero e o efeito Matilda", publicado em 2024 e disponível em <https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/8284/2834>.

[9] O livro "Comentários à Lei de **Propriedade Industrial**: uma análise exclusiva feita por mulheres" foi publicado em 2023 pela Thomson Reuters e está disponível em <https://www.livrariart.com.br/comentarios-a-lei-de-propriedade-industrial/p>

[10] Esse percentual considera levantamento das 17 Revistas publicadas entre janeiro 2022 e abril de 2025 e foi apresentado em exemplar que contou apenas com artigos de mulheres. A Revista 195 está disponível em <https://abpi.org.br/revistas/edicao-195-mes-marco-abril-ano-2025/>

[11] Tradução livre da frase em inglês "Representation of the world, like the world itself, is the work of men; they describe it from their own point of view, which they confuse with absolute truth", de Simone de Beauvoir, citada por Debora Halbert no artigo "Feminist interpretations of Intellectual Property", disponível em <https://digitalcommons.wcl.american.edu/jgspl/vol14/iss3/1/>.

[12] Conforme reporta o Axios, cartas de 'cease and desist' foram enviadas por Netflix, Disney, Paramount e Warner Bros. Uma avaliação do impacto do novo sistema chinês está disponível em <https://www.axios.com/2026/02/19/hollywood-chinese-ai-b>

ytedance-seedance.

[13] A resposta da ByteDance e outros desdobramentos estão resumidos em reportagem da NBC News, disponível em <https://www.nbcnews.com/tech/news/seedance-2-bytedance-copyright-infringement-concerns-hollywood-rcna259173>.

[14] Conforme noticiado pelo Meio e Mensagem, a íntegra da carta pode ser acessada pela página disponível em <https://www.meioemensagem.com.br/midia/entidades-da-midia-brasileira-notificam-empresas-de-ia>.

[15] Nota oficial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/alckmin-governo-e-contras-projetos-que-alteram-regras-sobre-patentes>.

Mulheres recebem apenas 10% dos direitos autorais na música, aponta estudo

A desigualdade de gênero continua sendo uma realidade no mercado musical. Um estudo recente mostra que as mulheres ainda recebem uma parcela muito pequena da renda gerada por **direitos autorais**.

De acordo com o relatório Por Elas Que Fazem a Música, lançado pela União Brasileira de Compositores (UBC), as mulheres receberam apenas 10% do total de **direitos autorais** distribuídos no Brasil.

O levantamento apresenta dados de 2025 e revela que a presença feminina no topo da indústria ainda é limitada.

Entre os 100 artistas com maior rendimento, apenas 11 são mulheres. Presença feminina cresce, mas renda ainda é desigual

Apesar da desigualdade, o estudo aponta alguns avanços.

Desde a primeira edição do relatório, em 2017, o número de mulheres associadas à UBC cresceu 229%.

Esse aumento mostra que cada vez mais mulheres estão buscando espaço na indústria musical.

No entanto, esse crescimento ainda não se reflete de forma proporcional na renda obtida com **direitos autorais**. Autoras concentram maior parte da renda feminina

A pesquisa também analisou como os ganhos das mulheres se distribuem dentro do setor musical.

Entre as associadas da UBC:

73% da renda feminina vem de autoras.

23% corresponde às intérpretes.

2% está ligada a músicas executantes.

1% vai para versionistas.

1% para produtoras fonográficas.

Os dados mostram que algumas áreas ainda têm presença feminina muito pequena.

Distribuição de renda entre as mulheres na música - fonte: UBC. Sudeste concentra maior número de mulheres na música

O estudo também analisou a distribuição regional das mulheres no setor musical.

A maior concentração está no Sudeste, seguido por outras regiões do país.

Veja a divisão:

60% estão no Sudeste.

17% no Nordeste.

11% no Sul.

8% no Centro-Oeste.

3% no Norte.

Segundo os pesquisadores, essa concentração revela a necessidade de ampliar oportunidades em outras regiões do Brasil.

Distribuição regional das mulheres na indústria da música - fonte: UBC. Rádio, shows e streaming são principais fontes de renda

Entre as fontes de arrecadação de **direitos autorais** para mulheres, alguns segmentos se destacam.

Os principais são:

Rádio: 17% da renda.

Shows: 17%.

Streaming de música: 11%.

Já o cinema aparece como a menor fonte de receita, representando apenas 0,5% da renda feminina no setor.

Dois terços das mulheres no mercado da música já foram vítimas de assédio - fonte: UBC. Assédio ainda é realidade para mulheres na música

Além das questões financeiras, o estudo também investigou experiências de assédio e discriminação.

O levantamento ouviu mais de 280 mulheres que atuam no mercado musical.

Os resultados mostram um cenário preocupante:

65% disseram já ter sofrido algum tipo de assédio no trabalho.

74% relataram assédio sexual.

Continuação: Mulheres recebem apenas 10% dos direitos autorais na música, aponta estudo

63% citaram assédio verbal.

56% mencionaram assédio moral.

Além disso, 35% afirmaram ter vivido algum tipo de violência, principalmente psicológica. Discriminação também impacta a carreira

A pesquisa também identificou situações de desvalorização profissional enfrentadas pelas mulheres.

Entre as entrevistadas:

63% disseram já ter sido ignoradas ou interrompidas em ambientes profissionais.

59% receberam comentários que colocavam em dúvida sua capacidade.

57% sentiram maior cobrança para provar competência.

52% tiveram créditos omitidos ou minimizados.

Essas situações acontecem principalmente em ambientes como reuniões de trabalho, bastidores de shows e processos de contratação. Maternidade também pode afetar a trajetória profissional

Outro ponto destacado pelo estudo é o impacto da maternidade na carreira musical.

Entre as mulheres que têm filhos, 60% afirmam que a carreira foi prejudicada.

Entre os principais fatores apontados estão:

Menos convites para projetos.

Redução de oportunidades profissionais.

Dificuldade para participar de turnês.

Comentários preconceituosos sobre maternidade.

Iniciativas buscam ampliar a presença feminina

Apesar dos desafios, o relatório destaca iniciativas voltadas à equidade de gênero.

Na própria União Brasileira de Compositores, por exemplo, as mulheres ocupam grande parte das posições internas.

Atualmente:

59% da equipe é formada por mulheres.

57% dos cargos de liderança são ocupados por elas.

100% das filiais são gerenciadas por mulheres.

Em 2023, a cantora Paula Lima se tornou a primeira diretora-presidenta da entidade.

Segundo ela, o relatório ajuda a dar visibilidade à participação feminina na música.

"A presença das mulheres na música cresce a cada ano, mas ainda existe um caminho importante para alcançar mais equilíbrio no setor", afirma.

O estudo completo está disponível no site da UBC e busca ampliar o debate sobre igualdade de gênero na indústria musical brasileira. Leia também:

Violência doméstica: 8 famosas que transformaram dor em denúncia.

Suas toalhas estão duras? Troque o amaciante por este ingrediente.

'Sistema internacional de comércio enfrenta as maiores disrupções em 80 anos', diz diretora da OMC



Confira o resumo que a LE.IA, a IA do Estadão, fez pra você

Gerando resumo

Foto: Divulgação/International Monetary Fund

Entrevista com

Ngozi Okonjo-Iweala

Diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), a economista nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala reconhece que a entidade está sob pressão e que o sistema multilateral de comércio baseado em regras enfrenta as maiores "disrupções" desde que foi criado, em 1947, com a assinatura do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Ainda assim, ela destaca que o sistema tem sido "resiliente", apesar das tarifas implementadas pelo governo americano de Donald Trump.

"72% do comércio mundial ainda ocorre nos termos da OMC. Apesar de as regras estarem sendo enfraquecidas por ações unilaterais de alguns membros - ou de um membro - , os demais continuam comerciando entre si com base em regras multilaterais", frisou.

No comando da organização há cinco anos - tendo iniciado seu segundo mandato em setembro - , Okonjo-Iweala espera destravar a reforma institucional que pode dar relevância novamente à OMC. A expectativa é que isso ocorra durante a 14ª Conferência Ministerial (MC14), a principal instância decisória da entidade, realizada a cada dois anos e

agendada para os dias 26 e 29 de março. A conferência ocorrerá em Camarões.

"Não se espera que os ministros venham à MC14 para trazer soluções para isso (as questões-chaves da reforma). O que se espera dos ministros é que deem apoio político a essas reformas e instruções aos embaixadores sobre o trabalho que devem realizar em Genebra", disse Okonjo-Iweala, em entrevista exclusiva ao Estadão. "Mas acredito que trabalharemos muito para garantir que os ministros saiam de lá concordando que precisamos nos reformar, porque, como sempre digo, o status quo não é uma opção", destacou.

Confira, a seguir, trechos da entrevista:

O comércio multilateral baseado em regras está sob pressão. Que papel a OMC ainda pode desempenhar nesse cenário?

É verdade que o sistema multilateral de comércio baseado em regras está sob grande pressão. Ele está enfrentando enormes disrupções, as maiores desde a sua criação, há 80 anos. Apesar disso, a OMC ainda desempenha um papel importante. A OMC foi criada com o objetivo de melhorar os padrões de vida, ajudar a criar empregos e apoiar o desenvolvimento sustentável. Foi criada para servir as pessoas por meio de regras comerciais. Ela ainda faz isso: 72% do comércio mundial ainda ocorre nos termos da OMC. Apesar de as regras estarem sendo enfraquecidas por ações unilaterais de alguns membros - ou de um membro - , os demais continuam comerciando entre si com base em regras multilaterais. O sistema está demonstrando resiliência e precisamos trabalhar duro para torná-lo o mais robusto possível.

Recentemente, a Sra. afirmou que a OMC precisa "reformular o que não está funcionando". Para a Sra., o que não está funcionando?

Em primeiro lugar, é bom dizer que muita coisa está funcionando. A comunidade empresarial mundial constata que as regras da OMC que estabelecem padrões de saúde e higiene para o comércio, padrões de produtos, de **propriedade intelectual**,

de valoração aduaneira estão funcionando bem. Acho que algumas das coisas que não estão funcionando são aspectos da governança da OMC e dos acordos que ela precisa modernizar para aproveitar novas oportunidades comerciais. A forma como tomamos decisões: somos uma organização

baseada no consenso, e isso é bom. O consenso permite que todos os membros, grandes ou pequenos, tenham voz, mas às vezes pode atrasar a tomada de decisões. Como praticar o consenso de modo a ter decisões mais rápidas que nos permitam avançar em um mundo que está se tornando cada vez mais digital e baseado em IA? Esse é um dos pontos (que precisa ser reformado). No consenso, qualquer membro pode impedir que uma decisão aconteça, mesmo quando isso não prejudica seus interesses econômicos. Portanto, isso é algo que nossos membros precisam discutir para fazer funcionar melhor.

Ainda na sua visão, quais outros pontos devem ser prioritários na reforma?

Os países em desenvolvimento sentem que as regras da OMC precisam ser modernizadas para ajudá-los a se integrar melhor ao sistema de comércio mundial. Esses países consideram que as regras precisam ser equilibradas de forma a permitir que eles também desenvolvam capacidade industrial para fabricar bens, para criar empregos. Muitos países pobres sentem que isso não está acontecendo no ritmo desejado. Portanto, parte da reforma é: como podemos olhar para nossas regras e fazê-las funcionar melhor para os países em desenvolvimento? Quando falo de oportunidades, temos o comércio digital, que cresce rapidamente. Muitos países em desenvolvimento gostariam de tirar proveito disso. Precisamos modernizar nossas regras para que eles possam tirar proveito disso. A terceira área a examinar são as condições equitativas de concorrência. Todos os membros competem com as mesmas condições no comércio? Existem acordos que precisamos analisar para permitir que os membros concorram de forma justa uns com os outros? Questões relacionadas a subsídios, por exemplo. Há alguns membros que usam subsídios de uma maneira que prejudica outros membros.

O consenso pode ser substituído por outra forma de tomada de decisão? O que substituiria ele?

Nada. Não queremos substituí-lo. O consenso é algo que todos os membros querem. O que estamos

dizendo é: vamos fazê-lo funcionar melhor, mais rápido e de forma mais eficaz.

Mas não seria possível ter uma outra forma de tomada de decisão que funcionasse paralelamente ao consenso, para determinados tipos de acordos

Não. Não somos a única organização no mundo que trabalha com consenso. Em outras organizações, seus membros encontraram maneiras de garantir que, ao tomar uma decisão, tenham um caminho para avançar mesmo quando nem todos concordam, desde que nenhum dano material, econômico ou político lhes seja causado. Não estamos acabando com o consenso. A questão é fazê-lo funcionar melhor, de forma mais inteligente e mais rápida.

Como deverá ser a OMC no futuro? Devemos esperar acordos mais limitados?

A OMC do futuro deve ser uma organização mais rápida, mais flexível, mais justa, mais inclusiva. Uma organização que estabeleça regras que permitam aos seus membros aproveitar as oportunidades emergentes do comércio digital e da IA, do comércio verde, da manufatura, do comércio de bens. Deve incluir mais membros pobres, para que possam fazer crescer suas economias e melhorar suas condições. Mas acho que a OMC do futuro deve ser capaz de realizar acordos multilaterais e plurilaterais. Na prática, os acordos plurilaterais não envolvem todos os membros, mas subconjuntos de membros. Esses subconjuntos devem ser capazes de criar regras. Já temos isso. Temos acordos plurilaterais de compras governamentais, de tecnologia da informação e de regulação doméstica de serviços. Achamos que, daqui para frente, deve haver flexibilidade para permitir mais esse tipo de iniciativa. Assim, se um grupo de membros quiser avançar para fazer um acordo no qual nem todos estão interessados, ele deve poder fazê-lo. E esses acordos devem ser abertos, de modo que, se outros membros quiserem aderir mais tarde, também possam fazê-lo. Queremos uma OMC do futuro que possa fazer mais disso, mas, ao mesmo tempo, continuar a estabelecer regras multilaterais, porque haverá questões em que elas serão necessárias.

A reforma da OMC vem sendo debatida há anos sem resultados concretos. Por que acreditar que desta vez será diferente?

A reforma da OMC vem sendo discutida há bastante tempo. Mas a reforma do passado foi a reforma dos comitês. A OMC tem comitês que tratam de

questões específicas, como regras fitossanitárias, de tecnologia de produtos, ambientais e assim por diante. A reforma desses comitês tem acontecido e funcionado bem. O que não funcionou bem foram as grandes questões da reforma, como as três questões que mencionei. Mas há diferenças agora: essas não são mais questões pequenas e o mundo mudou.

As mudanças estão acontecendo muito rapidamente. Não é apenas por causa de ações unilaterais de um membro, os Estados Unidos. Há mudanças acontecendo com a tecnologia e a IA. Essa é a razão pela qual é diferente. Se não fizermos essas reformas para nos permitir ser uma organização que se move mais rapidamente, poderemos ficar para trás. Mas quero deixar claro: não se espera que os ministros venham à MC-14 para trazer soluções para isso. Não se faz isso em quatro dias. O que se espera dos ministros é que deem apoio político a essas reformas e instruções aos embaixadores sobre o trabalho que devem realizar em Genebra para apresentar soluções para as reformas. Queremos que os ministros vão lá para dar urgência e para, depois, estabelecer um cronograma para o trabalho a ser feito provavelmente até a próxima ministerial, a MC-15.

Alguns diplomatas dizem que alcançar um consenso sobre a reforma da OMC será difícil. Quão real é o risco de que os ministros não consigam chegar a um acordo para lançar essa reforma, levando a conferência ministerial ao fracasso? Isso colocaria a própria organização em risco?

Há sempre um risco, em qualquer reunião de ministros, de que eles não concordem sobre um programa ou sobre um caminho a seguir. Mas lembre-se: não estamos pedindo que cheguem a um consenso sobre as soluções. Estamos pedindo que concordem que temos problemas, e acho que será muito difícil encontrar algum ministro que diga que, sim, está tudo funcionando bem. Queremos que os ministros concordem que precisamos dessas reformas para funcionar melhor. Eles podem ter opiniões diferentes sobre quais reformas são mais importantes ou sobre que tipo de reformas são necessárias, mas acredito que trabalharemos muito para garantir que os mi-

nistros saiam de lá concordando que precisamos nos reformar, porque, como eu sempre digo, o status quo não é uma opção. O Brasil é um membro muito importante da OMC e é admirado por muitos países em desenvolvimento, sendo visto como uma liderança. Portanto, esperamos que o Brasil desempenhe um papel positivo muito importante, trabalhando com outros membros para concordar em avançar com as reformas.

Qual será o impacto de uma guerra no Oriente Médio na economia e no comércio global?

Estamos tristes e lamentamos que haja uma guerra em qualquer parte do mundo por causa da perda de vidas e também porque isso tem um grande impacto no comércio e no crescimento global. Essa guerra apenas começou, mas já podemos ver que ela tem impacto no tráfego através do Estreito de Ormuz, por onde passa um quinto ou mais do tráfego mundial de petróleo e gás. Para certas grandes economias, isso é muito importante e, certamente, para os países ao redor, que são produtores de petróleo, é muito significativo. Quando a energia é impactada dessa forma, isso se propaga globalmente: os preços da energia vão subir na maioria dos países ao redor do mundo. Isso pode levar a preços mais altos para produtos manufaturados e outras mercadorias e, então, a demanda fica mais fraca - o que reduzirá o crescimento da economia global. Esperamos que este não seja um conflito que dure muito tempo. Uma guerra cria um grande grau de incerteza, o que é prejudicial. As empresas não conseguem tomar decisões. Outra área onde há impacto é a de serviços. O tráfego aéreo no Oriente Médio foi bastante interrompido. Não sabemos por quanto tempo. Isso afeta o turismo e outros tipos de comércio de serviços - essa é mais uma forma pela qual a economia global será impactada.

INPI divulga publicação sobre energia para satélites e propulsão espacial



O **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** publicou o Radar Tecnológico nº 49, intitulado "Panorama de patenteamento de tecnologias espaciais: energia para satélites e propulsão espacial". O estudo foi elaborado em parceria com a Agência Espacial Brasileira (AEB), no âmbito de um Acordo de Cooperação Técnica entre as duas instituições.

Segundo o **INPI**, o desenvolvimento de tecnologias no setor espacial é um pilar estratégico para a soberania nacional, visto que a autonomia no desenvolvimento e produção de tecnologias relacionadas a satélites, veículos lançadores e radares, entre outras, é fundamental para a defesa, comunicações, monitoramento ambiental e desenvolvimento científico e econômico de um país. "A publicação alinha-se diretamente à Missão 6 da Nova Indústria Brasil (NIB), focada em estimular a inovação de tecnologias para soberania e defesa nacionais", destacou o instituto.

A primeira parte do radar atualiza o levantamento de pedidos de patente depositados no Brasil por residentes com aplicação no setor espacial. Foram identificados 65 novos pedidos, elevando para 164 o total de tecnologias brasileiras com pedidos de patente no país desde 2010 registradas na base do sistema de mapeamento de tecnologias espaciais da AEB (MAPTEC).

O estudo mostra uma tendência de crescimento nos depósitos de patentes nesse campo. As titularidades, porém, ainda estão concentradas principalmente em universidades e institutos de pesquisa, o que

indica um estágio intermediário de maturidade tecnológica.

Espaço Publicitário

As regiões Sul e Sudeste concentram a maior parte dos depositantes. São Paulo lidera o número de pedidos, seguido pelo Paraná. Fora desse eixo, destaca-se o Rio Grande do Norte, impulsionado pela atuação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Entre os principais depositantes aparecem a UFRN e a Universidade de São Paulo (USP), seguidas pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O levantamento também aponta desigualdade de gênero: apenas 15% dos inventores e 2% dos depositantes pessoas físicas são mulheres.

Energia para satélites

A segunda parte do estudo analisa o panorama de proteção por patentes em duas áreas tecnológicas estratégicas: energia para satélites e propulsão espacial, classificadas na Árvore Tecnológica da Agência Espacial Europeia (ESA). A análise considera tendências globais e nacionais desde o ano 2000.

No campo de energia para satélites, foram identificadas 14.403 famílias de patentes no mundo, com crescimento acentuado nos últimos anos. A China lidera os depósitos, e a maioria das tecnologias envolve sistemas de geração fotovoltaica. No Brasil, foram identificados 124 pedidos de patente relacionados a esse domínio tecnológico, cerca de 1% do total global.

Os principais depositantes no país são de origem estadunidense, enquanto os residentes respondem por 8% dos pedidos. Já na área de propulsão espacial, foram encontradas 6.541 famílias de patentes no mundo, também com tendência de crescimento. A China e os Estados Unidos lideram os depósitos globais.

No Brasil, foram registrados 39 pedidos de patente nesse domínio tecnológico, o equivalente a 0,6% das famílias de patentes identificadas mundialmente. A maior parte das tecnologias envolve sistemas de propulsão química, principalmente de propulsão líquida.

A publicação é acompanhada por um painel de dados interativo, que permite visualizar todas as informações do estudo e explorar análises personalizadas a partir dos parâmetros empregados.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	1,2,3,4
Direitos Autorais	5,6
Marco regulatório INPI	1,2,3,4,10,11
Propriedade Industrial	1,2,3,4,10,11
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,7,8,9